

CONTRIBUIÇÃO DO PIBID EM UMA SALA DE AULA COM DISTRORÇÃO DE IDADE-SÉRIE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Osiolany da Silva Cavalcanti¹
Esmênia Soares Barreto²
Valcêmia Freire Monteiro³
Carla Danieli Barbosa Vieira⁴
Elizabete Carlos do Vale⁵

INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil tem ao longo dos últimos anos melhorado significativamente, especialmente no que se refere ao processo de democratização do acesso à educação escolar de modo geral e universalização do ensino fundamental. Tais mudanças e melhorias foram fruto das lutas dos movimentos sociais e educadores que culminou elaboração de leis que asseguram a educação como direito de todos, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Entretanto, apesar do avanço do ponto de vista da legislação, ainda persistem muitos desafios e problemas a serem superados para que a educação escolar pública seja de fato de qualidade, como por exemplo, a aprendizagem compatível com o ano de escolaridade, a persistente distorção idade-série, entre outros. Em se tratando da distorção de idade-série, mesmo com a criação de políticas públicas que objetivam combater o problema da evasão escolar e equalizar o máximo possível às condições de aprendizagem dos estudantes da escola pública, a distorção idade-série ainda é um problema sério na educação básica.

De acordo com o último relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado no mês de setembro próximo passado pelo Ministério da Educação (MEC), a distorção idade-série é um dos maiores problemas da educação brasileira. De acordo com a LDB (Lei 9394/96), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, osiolanyalves@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, esmenia11@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, valcemiafmonteiro@yahoo.com.br;

⁴ Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, carlali_barbosa@hotmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutora pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, elisabete.vale1@gmail.com.

no ensino médio. Mas, em que consiste a distorção idade-série? Em artigo sobre a temática publicado no blog Jusbrasil (2014), a pedagoga Camila Moreira assim explicita:

O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. A taxa de distorção idade-série atinge picos no 6º ano do ensino fundamental, e isso ocorre na maioria das vezes pelo excesso de aprovações no período de 1º ao 4º ano, permitindo ao aluno progredir nos estudos com dificuldades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações matemáticas simples (MOREIRA, 2014 – digitalizado).

As pesquisas sobre a problemática da distorção idade-série apontam que as principais causas são a evasão e o abandono escolar, estes, na maioria dos casos são motivados por problemas socioeconômicos da família dos alunos, em alguns casos a criança e/ou o jovem precisa trabalhar pra ajudar nas despesas de casa, noutros casos as crianças mais velhas precisam cuidar das mais novas pra poder a mãe trabalhar, há ainda os casos de desestruturação familiar que contribui para um crescente número de alunos com comportamentos indisciplinados que culmina com a prática de atos infracionais na escola, influenciando diretamente para as sucessivas histórias de reprovação e/ou evasão, e conseqüentemente, para aumentar os índices de distorção idade-série.

Por outro lado, existem os problemas de ordem pedagógica, ou seja, muitas vezes a escola não consegue cumprir o seu papel no desenvolvimento das aprendizagens necessárias ao aluno e este termina se evadindo da escola. Em alguns casos o aluno precisa trabalhar ou cuidar de irmãos mais novos, e evade da escola cada vez mais cedo. Em outras situações, a desestrutura familiar à falta de proficiência do docente e a oferta de uma escola pouco atrativa.

Assim, conforme afirmado anteriormente, apesar de todos os avanços vivenciados na educação nas últimas décadas, principalmente no que se refere a sua expansão e democratização, no que se refere a permanência do aluno na escola com o desenvolvimento de aprendizagem significativa, os desafios ainda são imensos. Partindo das reflexões acima descritas e de constatações dessa problemática em escolas de ensino fundamental do nosso município, objetivamos no presente trabalho refletir como o problema da distorção idade – série se faz presente na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Mariinha Borborema, situada no bairro Três Irmãs, Campina Grande/PB, onde atuamos como bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.

METODOLOGIA

Nossa inserção na EMEF Mariinha Borborema teve início no mês de outubro de 2018 onde até o final do ano letivo tínhamos como ação principal o conhecimento do cotidiano da escola, seus sujeitos e seu funcionamento, e em especial, conhecer o cotidiano de uma turma de 2º ano do ensino fundamental. Esse ano (2019) continuou com uma turma de 2º ano, visto que, é a série de atuação da professora supervisora. Com uma melhor compreensão acerca do funcionamento da escola e das aulas e, a partir do processo de formação vivenciado nos encontros de formação na universidade e sob orientação da professora supervisora passamos a desenvolver atividades didático-pedagógicas em sala de aula de modo a contribuir com a professora. Uma das primeiras ações que desenvolvemos foi o levantamento do perfil dos alunos da turma do 2º ano, nesse momento constatamos a problemática da distorção idade-série na turma, bem como as dificuldades de leitura e escrita de um grande número de alunos. E assim auxiliar a professora.

Sendo uma turma com distorção de idade-série, tratamos de nos dividir e acompanhar individualmente aquelas que estavam com maior dificuldade em assimilar os conteúdos passados ou até mesmo que não conseguiam dominar a leitura e escrita de acordo com o ano letivo, assim ajudando a professora da escola a diminuir as diferenças de aprendizado. De mesmo modo, formamos grupos com as crianças para que assim elas pudessem interagir umas com as outras, permitindo que as experiências de cada uma delas fossem compartilhadas por seus colegas e por nós alunas do PIBID. Algumas crianças não conseguiam escrever certas palavras e através da própria realidade destes alunos, conseguimos fazer que eles absorvessem ao seu vocabulário as palavras e letras do alfabeto que por hora não conseguiam, utilizar de brincadeiras e materiais lúdicos como cartas com imagens e dominós de sílabas que ajudou bastante neste desenvolvimento cognitivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A turma do 2º ano é composta por 30 crianças cuja faixa etária varia de sete aos dez anos que apresentam uma variação significativa no ritmo de aprendizagem, o que torna um desafio didático para a professora. Pudemos verificar que as crianças que

apresentam maiores dificuldades de aprendizagem são as mesmas que tem histórico de distorção idade-série e de insucesso escolar, no geral, as mais pobres dentro de um contexto que já é de pobreza. Como afirma Piaget:

Com efeito, podemos distinguir dois aspectos no desenvolvimento intelectual da criança. Por um lado, o que podemos chamar o aspecto psico-social, quer dizer tudo o que a criança recebe do exterior, aprende por transmissão familiar, escolar, educativa em geral; e depois, existe o desenvolvimento que podemos chamar espontâneo, que chamarei de psicológico, para abreviar, que é o desenvolvimento da inteligência mesma: o que a criança aprende por si mesma, o que não lhe foi ensinado, mas o que ela deve descobrir sozinha; e é isso essencialmente que leva tempo. (PIAGET, 1972, p. 8).

Este tempo pode ser desenvolvido com a interação escolar, para isto, é preciso que os professores estejam empenhados juntamente com a escola e os pais ou responsáveis para que a criança possa desenvolver seu cognitivo de forma natural, junto com esta dinâmica, surge à realidade das crianças de comunidades carentes, que tem em seu cotidiano responsabilidades nas quais se tornam adulto prematuramente, isto faz com que o seu psicológico seja abalado, sem vontades nem desejos para o estudo.

Em sala de aula uma das crianças nos revelou o desânimo para a realização de uma das atividades solicitadas pela professora, assim respondeu a criança: “eu não dormi bem à noite porque meus pais brigavam muito, então de manhã tive que acordar cedo para ajudar a meu padrasto no trabalho, agora está cansado para fazer a tarefa”. (Iasley, nove anos). Esta não é a única realidade em sala de aula, a docente precisa cuidar de 30 crianças que em cada uma de suas famílias ocorre situações como: crianças que ajudam seus pais no trabalho em bancas da feira, com a casa, com os irmãos, trabalhando nos sinais. A realidade da infância no Brasil tem questionamentos a ser levantados para um olhar governamental, sabemos sobre as implicações na economia do país, todavia as políticas públicas em que auxiliam estas famílias precisam ser mantidas e aperfeiçoadas para conseguir manter as crianças na escola e com qualidade.

Em se tratando de educação, na Constituição, em seu artigo Art. 206. Diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1988), sabemos que na realidade infelizmente isto não ocorre, algumas crianças não podem estudar por fatores como ajudar aos pais no trabalho autônomo ou ficando em suas residências para cuidar dos seus irmãos mais novos. Mesmo que por lei é assegurado este direito e que o conselho tutelar pode ser ativado a qualquer momento, muitas crianças estão sem acesso às escolas.

Com a criação de políticas públicas voltadas a esta perspectiva, contribuiu para que os alunos ingressassem nas instituições de ensino. Todavia, este aprendiz, não tem uma turma para desenvolver sua aprendizagem com uma dinâmica própria para desenvolvê-lo, isto torna um desafio ao profissional da educação, pois além deste existem as crianças que estão frequentando de forma regular, os alunos com algum que tem dificuldade de aprendizagem, e os desistentes.

Sobre a experiência de atuação junto a alunos com distorção idade-série, a professora supervisora da turma afirma que:

Quando a turma encontra-se em um ritmo comum, facilita as atividades e torna mais eficaz o ensino-aprendizagem, todavia quando a turma se encontra com distorção de idade-série, fica difícil atender as necessidades pedagógicas sem “excluir” os alunos que estão avançados, oferecendo atividades diversas. (Carla, professora da turma).

É nesse contexto que na nossa inserção como “Pibidianas” na referida escola buscou-se contribuir com a professora Carla desenvolvendo atividades diferenciadas e de forma mais sistemática junto às crianças com maiores dificuldades de aprendizagem. Para a professora Carla “com as alunas do PIBID na distribuição das atividades em grupo construiu-se uma melhor possibilidade de acompanhamento das crianças com maiores dificuldades de aprendizagem”. Nesta perspectiva refletimos sobre a importância das ações do PIBID na escola, mas essencialmente, a possibilidade de aprendizado da docência a partir das vivências em sala de aula cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que até então, as ações das pibidianas desenvolvidas na escola tem contribuído para maior e melhor aprendizado dos alunos que tem maiores dificuldades de aprendizagem, assim como tem contribuído para o processo de formação docente das pibidianas. Faz-se necessário a continuidade do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID contribuindo, para que mais crianças possam ser beneficiadas sendo em turmas com distorção de idade-série quanto em turmas regulares, pois com turmas de 30 alunos, pois com um único professor, torna seu trabalho árduo e difícil para proporcionar o que é de direito para estas crianças, o seu desenvolvimento social, cultural cognitivo, formando assim um cidadão de direitos. De mesmo modo, as alunas do PIBID podem crescer na construção de

seus conhecimentos, com experiência na prática fazendo junção com a teoria, tornando assim sua formação acadêmica e profissional mais eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Considerações Sobre a Política de Avaliação da Alfabetização: Pensando a partir do cotidiano escolar.** Revista Brasileira de Educação. V. 17, nº 51 set-dez. 2012.

MOREIRA, Camila. Distorção idade-série na educação básica. In: **Jusbrasil**, 2014.
Disponível em: www.jusbrasil.com.br/artigos

PIAGET, Jean. **Problemas de Psicologia Genética.** . In.: **Piaget**. Trad. Célia E.A. di Piero. Rio de Janeiro: **Forense**, 1972.